

REFLEXÕES METODOLÓGICAS E LUGARES DE ENUNCIÇÃO EM CONTEXTOS PÓS-COLONIAIS

Vladmir Silves Ferreira

*Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais, Uni-CV
vladmir.ferreira@adm.unicv.edu.cv; vladfer@hotmail.com*

Resumo

Um projeto de pesquisa se equivale a uma viagem a partir de um ponto de observação. A definição do objeto de pesquisa, assim como a opção metodológica adequada constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto o texto a ser produzido no fim. Este artigo faz uma reflexão sobre o processo de “construção do objeto”, a capacidade de optar pela alternativa metodológica mais adequada, o papel e o posicionamento do investigador e do investigado em contextos pós-coloniais.

Palavras-chave: Metodologia, investigação, pós-colonial, subalternidade.

Abstract

A research project is equivalent to a trip from an observation point. The definition of the research object, and the appropriate methodological choice are such an important process for the researcher as the text it shows in the end. This article is a reflection on the process of “object construction”, the ability to choose the most appropriate methodological approach and positioning and the role of the investigator and investigated in postcolonial contexts.

Keywords: Methodology, research, post-colonial, subalternity.

(In)definições metodológicas, o objeto e o lugar de enunciação do investigador

O início de um projeto de pesquisa é sempre, de alguma forma, o início de um relato de longa viagem empreendida a partir de um ponto de observação sobre uma determinada realidade que se quer conhecer/apropriar. Partimos sempre de uma experiência, de um olhar, de uma

posição e de um ponto de vista, o que nos confere uma forma própria de apropriação do conhecimento e que nos são bastante pessoais. Contudo, conforme argumenta Carvalho,

[...] há muito pouca prática do posicionamento autoral explícito e há inclusive muita resistência em admitir que ele deva ser explicitado. Paralelamente a essa restrição, são poucos os exercícios conscientes de co-autoria com que contamos. Agimos como se os mecanismos de controlo e hierarquização da sociedade [...] não

encontrassem ressonância e reprodução no seio da comunidade acadêmica (Carvalho, 2002, p. 7).

Quando iniciamos um projeto de pesquisa, há que definir os processos e procedimentos que nos permitirão ter acesso aos dados que precisamos e sobre os quais nos iremos basear. A definição do objeto de pesquisa, assim como a opção metodológica adequada constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto o texto que ele elabora ao final. A “construção do objeto” diz respeito, entre outras coisas, à capacidade de optar pela alternativa metodológica e posicionamento mais adequados à análise daquele objeto.

É obrigação do investigador ir além da compreensão superficial da vida quotidiana. Levantar perguntas aparentemente “idiotas” (Stengers, 2007). Pois a investigação deve ajudar-nos a compreender as nossas vidas sociais de uma nova forma. Temos que nos surpreender a nós próprios nas questões que colocamos e nas descobertas dela surgidas.

Não posso deixar de admitir que os meus textos são construídos, enquanto indivíduo do sexo masculino, nascido cinco anos após à independência nacional, que frequentou os estudos superiores (Licenciatura e Mestrado) em Portugal, vive e trabalha na Cidade da Praia, ativista político e social.

Representação, hoje e sempre, passa necessariamente por auto-apresentação. Os dilemas da representação etnográfica são também dilemas de como se autoapresentar face aos pares, aos nativos e ao terceiro (no nosso caso, um europeu ou um norte-americano) que nos atribuirá o lugar de mensageiros da voz

da ciência. Esses dilemas se intensificam após a constatação de que passados estão os dias em que um “nós” unia toda a comunidade de antropólogos (Carvalho, 2002, p. 6).

O meu posicionamento face aos vários grupos sociais a serem acompanhados ao longo do trabalho de campo se dá, portanto, sempre em função das minhas próprias referências pessoais, minhas convicções e trajetória social.

Ao colocar-se como intérprete, o etnógrafo de facto põe-se ao lado do sujeito nativo. É co-autor do discurso que se apresenta como diferente. Ou seja, somos intérpretes de um texto que nós mesmos ajudamos a construir. A co-autoria aparece na diferença incontrolável do etnógrafo - sua cor, sua classe, seu sexo, tudo é significativo e oscilante ao mesmo tempo (Carvalho, 2002, p. 11).

Ainda de acordo com Carvalho (2002), a tarefa do investigador é, classicamente, trazer uma presença - oculta, silenciada, marginalizada, suprimida, recalcada, esquecida, incompreendida - à luz da transparência textual da disciplina que se propõe universalista. Michel Foucault (1979), no seu conhecido diálogo sobre os intelectuais e o poder com Giles Deleuze, argumenta que o intelectual assume o papel de dizer a verdade àqueles que ainda não a tinham visto e não tinham consciência dela, contudo, para Foucault o papel do intelectual não é dizer a verdade de todos, é sim lutar contra as formas de poder onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento.

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem.

Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (Foucault, 1979, p. 42).

Deleuze complementa este ponto de vista argumentando que o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. Aqueles que agem e lutam (os sujeitos subalternos) deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles. Quem fala e age é sempre uma multiplicidade, mesmo que seja personificada na pessoa que fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos. Não existe mais representação, só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede (Deleuze, apud Foucault, 1979, p. 42).

A voz do subalterno em contextos pós-coloniais

Partindo de uma crítica aos intelectuais ocidentais, em particular Deleuze e Foucault, Spivak delinea um dos argumentos considerados mais incisivos dos estudos pós-coloniais contemporâneos. Para Spivak, o grupo

dos estudos subalternos precisaria de refletir sobre uma questão premente nos estudos pós-coloniais: o subalterno como tal pode, de facto, falar? E a mesma conclui, ao contrário de Deleuze e Foucault, que de facto o subalterno não fala.

Tal conclusão não pode ser tomada em seu sentido literal, pois o subalterno, é claro, é capaz de falar no sentido estrito da expressão. Spivak, porém, ressalta a ausência desse carácter dialógico na fala do subalterno. Da mesma forma, o processo de autorepresentação do sujeito subalterno também não se efetua. Pois o ato de ser ouvido não ocorre. Ao concluir que o subalterno não pode falar, Spivak vai além de uma mera resposta objetiva a essa pergunta. Tal afirmação tem sido interpretada, erroneamente e de forma simplista, como se Spivak estivesse afirmando categoricamente que o subalterno - ou os grupos marginalizados e oprimidos - não pudesse falar ou que tivesse que recorrer ao discurso hegemónico para fazê-lo. Aqui Spivak refere-se ao facto de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um outro.

Invoquei meu posicionamento dessa maneira incómoda para ressaltar o facto de que questionar o lugar do investigador permanece sendo uma crença sem sentido em muitas das críticas recentes ao sujeito soberano. Assim, embora eu procure destacar a precariedade da minha posição ao longo deste texto, sei que esses gestos nunca são o bastante (Spivak, 2010, p. 19).

Segundo Spivak, a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar

para que, quando ele o faça, possa ser efetivamente ouvido. Para ele, não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar “contra” a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido.

O quadro se complica ainda mais no momento presente, pós-foucaultiano, quando a questão do poder passa a ser tratada como se fosse coesa, coetânea, colada, contígua, conectada à questão do significado. Mais ainda, a formação de uma estrutura de poder se dá em articulação com o processo de produção dos próprios significantes. A opção “nós” denota um desejo claro de negar a realidade da coautoria. Podemos dizer que o etnógrafo que não se assume como coautor é mais propenso a dizer “nós”. Não pode haver co-autoria nesse “nós”, porque nesta perspectiva o saber universal só existe do lado do etnógrafo, e nunca do lado “deles” (Carvalho, 2002).

Ainda sob esse olhar, Isabelle Stengers (2007), vai ainda mais longe ao estender este questionamento aos seres não humanos - as coisas, ou seres do mundo espiritual. Por exemplo, em uma demarcação de terras de comunidades tradicionais, até que ponto o imaterial é aceito? Até que ponto é dificultada a possibilidade de mostrar a veracidade dos fenômenos dos quais se ocupam esses seres, em situações como um processo de demarcação? Ainda de modo a pensar em tal situação, em que sentido a política deve ser estendida a esses outros seres? Como se dá essa imbricação? Como visualizar a política além de um problema de representação dos humanos, de

tomadas de posição dos humanos, e sim como uma cosmopolítica, com a representação das coisas? Mas quem fala pelo quê? Como esses seres podem ter voz? Quem são seus porta-vozes?

Para Deleuze a reforma não se afigura fácil, pois ela não acontece sem provocar abalos nas estruturas de poder.

Ou a reforma é elaborada por pessoas que se pretendem representativas e que têm como ocupação falar pelos outros, em nome dos outros, e é uma reorganização do poder, uma distribuição de poder que se acompanha de uma repressão crescente. Ou é uma reforma reivindicada, exigida por aqueles a quem ela diz respeito, e aí deixa de ser uma reforma, é uma ação revolucionária que por seu caráter parcial está decidida a colocar em questão a totalidade do poder e de sua hierarquia. Isto é evidente nas prisões: a menor, a mais modesta reivindicação dos prisioneiros basta para esvaziar a pseudoreforma Pleven.

Se as crianças conseguissem que seus protestos, ou simplesmente suas questões, fossem ouvidos em uma escola maternal, isso seria o bastante para explodir o conjunto do sistema de ensino. Na verdade, esse sistema em que vivemos *nada pode suportar*: daí sua fragilidade radical em cada ponto, ao mesmo tempo que sua força global de repressão (Deleuze, apud Foucault, 1979, p. 43).

Este permanente questionamento e procura de um *lugar de enunciação* e a assumpção enquanto *sujeito posicionado* deixa de ser um marco conceitual abstraído de certas interpretações específicas e reproduzidas como se fosse um legado a-histórico, para ser entendida como uma produção cultural com significados e de significantes diretamente vinculada a um interesse

de tradução e de coautoria (Carvalho, 2002).

De certa forma, terei de, em muitas circunstâncias, posicionar-me a partir da perspectiva dos agentes enquanto “agentes recetores” de um conjunto de ações dos poderes públicos, sem contudo cair na tentação de assumir o papel de reproduzidor da “voz dos oprimidos” e desprovidos de poder. Uma mudança de foco, de um poder descendente e monocrático para os multipoderes ascendentes e democráticos que se constituem na sociedade civil, tem sido um apelo recorrente nos discursos e práticas, de modo que muitos cientistas sociais passaram a incorporar tais perspectivas em suas análises.

Existe atualmente um grande desconhecido: quem exerce o poder? Onde o exerce? Atualmente se sabe, mais ou menos, quem explora, para onde vai o lucro, por que mãos ele passa e onde ele se reinveste, mas o poder [...] Sabe-se muito

bem que não são os governantes que o detêm. Mas a noção de “classe dirigente” nem é muito clara nem muito elaborada. “Dominar”, “dirigir”, “governar”, “grupo no poder”, “aparelho de Estado”, etc.. é todo um conjunto de noções que exige análise. Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (Foucault, 1979, p. 45).

É no interior desta complexidade de elementos e de articulações, que as Ciências Sociais devem intervir, descodificando representações, avaliando resultados e propondo caminhos alternativos, com os saberes e as metodologias que lhe são próprios.

Referências bibliográficas

Carvalho, J. J. (2002). Poder e Silenciamento na Representação Etnográfica. Brasília: Universidade de Brasília, Série Antropologia.

Foucault, M. (1979). Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal.

Spivak, G. (2010). Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora UFM.

Stengers, I. (2007). La Proposition Cosmopolitique. In Jacques Lolive et Olivier Soubeyran (orgs.). L'Émergence des Cosmopolitiques: 45-68. Paris: La Découverte.